

IJ00313
4789/1981
EX:1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV
PRESS-RELEASE

313
E.1

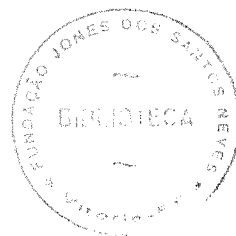
IJ00313
4789/1981
EX:1



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



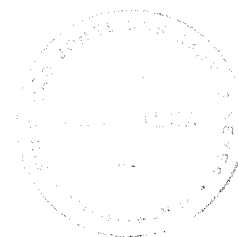
654.48
I 5972
4489/81



PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

PRESS-RELEASE

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

PRESS-RELEASE

JUNHO/1981



SUMÁRIO

PROJETO CPM/BIRD

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE ASSENTAMENTOS URBANOS SUBNORMAIS

O PLANEJAMENTO URBANO E OS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS

A SELEÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRIORITÁRIOS PARA INTERVENÇÃO NA GRANDE VI
TÓRIA

A DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO SUBPROJETO VITÓRIA DO PROJETO
CPM/BIRD

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

CONCLUSÃO

O PROJETO CPM/BIRD

O Governo Federal, através do então CNPU, equacionou a política urbana para as áreas metropolitanas com a Lei Complementar nº 14 de 1972, na qual ficou definido o reordenamento físico-territorial das Regiões Metropolitanas. Paralelamente, passou a encarar o planejamento dentro de uma perspectiva espacial, enfocada na divisão inter-regional das funções. O conjunto de medidas tinha como meta a eliminação das disparidades regionais, através do incentivo às atividades locais e da desconcentração industrial das Regiões Metropolitanas, tendo como resultado a fixação do homem e a redução dos fluxos migratórios para essas metrópoles, amenizando seus problemas urbanos, crescentes.

Uma das medidas dessa política é a definição das Cidades Porte Médio (CPM) cuja função preconizada é a de criação de pólos alternativos de investimentos industriais e redirecionamento dos fluxos migratórios que tem se encaminhado principalmente para a Região Sudeste.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) alocou, através de Acordo de Empréstimo com o Governo Federal, representado pela SG/MINTER, a quantia equivalente a US\$ 70 milhões, para serem aplicados em áreas urbanas carentes, onde a população seja predominantemente pobre. A definição de aplicação desses recursos se faz através do Programa Cidades Porte Médio do CNDU, constituindo o *Projeto CPM/BIRD*, no qual estão inseridas dez cidades: Florianópolis, Juiz de Fora, Montes Claros, Natal, Pelotas, Petrolina/Juazeiro, Vitória, Teresina e São José do Rio Preto.

A participação do Governo Brasileiro é feita através dos Órgãos Setoriais Federais (OSF), que são: BNH, CEBRAE, COBAL, EBTU, SUDEPE, supervisionados pelo CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Aos recursos do

BIRD somar-se-ão igual quantia do Governo Federal que, juntos, serão alocados a fundo perdido e comporão 70% dos recursos que, complementados com 30% de participações Estadual e Municipal, serão aplicados rotativamente em programas semelhantes para áreas de baixa renda, sendo, portanto, uma importante fonte para investimentos capazes de auxiliar o esforço no sentido de dotar a população carente de melhores condições de vida.

A definição da política de aplicação desse Programa ficou a cargo do Instituto Jones dos Santos Neves, órgão do Sistema Estadual de Planejamento, encarregado da política urbana na Grande Vitória, na qualidade de apoio técnico do CODIVIT, vindo a constituir-se, nesse projeto, na Unidade de Administração do Subprojeto Aglomerado Urbano da Grande Vitória (UAS/AUV). Para isso, examinou, entre os bairros considerados *assentamen*tos subnormais da Grande Vitória, os diversos graus de carência, selecionando entre eles quatro grandes áreas de intervenção integrada, abrangendo uma população a ser beneficiada de cerca de 66 mil habitantes.

O conceito de *intervenção integrada*, a ser aplicado nessas áreas, considera que a situação de carência dos bairros se deve a fatores amplos, abrangentes e multifários, cuja solução não pode ser encaminhada através de um simples programa habitacional. Para tanto, as ações do Governo devem envolver aspectos urbanísticos, econômicos, sociais e institucionais, prevendo programas de provimento de infra-estrutura urbana, social e comunitária, de ampliação da oferta de empregos, de elevação do nível de renda e de empregos, e a devida capacitação das administrações municipais para dispor de recursos e para gerenciar competentemente esses programas de natureza complexa.

A qualificação da Cidade para integrar o Projeto se fez através da apresentação do Perfil da Cidade, no qual foi caracterizado o espaço da Grande Vitória em seus aspectos sócio-econômico e físico-urbanístico no contexto local e regional, apresentando, ainda, os bolsões urbanos de pobreza, seus principais problemas e a estratégia de intervenção para resolvê-los, devidamente compatibilizada com a estratégia mais geral de desenvol

vimento urbano e econômico-social.

Essa estratégia de intervenção se traduziu na definição do elenco de propostas que constituíram os Perfis de Projetos. Tais Perfis foram analisados pela equipe da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU/MINTER), coordenada pelo CNDU, à luz da estratégia de desenvolvimento local, dos princípios básicos do Projeto e de outros programas federais, autorizando a execução dos Anteprojetos.

Os Anteprojetos consistem em um detalhamento maior das propostas, demonstrando a viabilidade técnico-econômica e financeira, de acordo com as normas do Projeto, preparados com assistência técnica dos OSF e dentro das diretrizes e critérios definidas pela SDU. Nessa etapa, as entidades executoras e os órgãos participantes deverão estar definidos, assim como suas tarefas, através da participação conjunta de seus técnicos na elaboração dos Anteprojetos.

Os Anteprojetos foram técnica e economicamente avaliados pelos OSF e SDU, os quais apresentarão um Relatório Geral de Avaliação, que será submetido ao BIRD para revisão e aprovação.

Aprovados os Anteprojetos, realizar-se-á a assinatura do Convênio entre o BIRD, as entidades federais, estaduais e municipais, e será, então, dada a autorização e iniciada a liberação de recursos para a contratação dos projetos executivos.

ENTIDADES PARTICIPANTES DO SUBPROJETO AUV

Da coordenação atual do Instituto Jones dos Santos Neves será definida a Unidade de Administração de Subprojeto AUV, entidade responsável pela administração gerencial, técnica e financeira e pela coordenação de execução do Programa, através de análises, avaliações, acompanhamentos,

controles, pareceres, registros, relatórios assessorias, etc.

O cumprimento dos objetivos do Subprojeto, a supervisão de todas as atividades dele decorrentes, assim como a solução de questões locais entre as Unidades Executoras locais, serão atribuições da *Comissão Local de Coordenação (CLC)*, entidade multi-institucional, de caráter deliberativo.

A coordenação entre as Unidades Executoras e suas atividades, com vistas a solução de questões de ordem técnica, administrativa e financeira, que envolvam a ação simultânea de dois ou mais órgãos, para proporcionar a execução coordenada do Subprojeto, ficará a cargo da *Comissão Executiva Local (CEL)*, entidade multi-institucional, de caráter executivo.

As Unidades Executoras (UE) são os órgãos ou entidades da estrutura administrativa do Município ou do Estado, encarregadas da execução dos Componentes ou Subcomponentes que os projetos compõem, tarefas a serem especificadas em convênios conjuntos.

No Subprojeto Vitória, os órgãos participantes são:

- . Coordenação Estadual do Planejamento - COPLAN
- . Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN
- . Prefeitura Municipal de Cariacica - PMC
- . Prefeitura Municipal de Vila Velha - PMW
- . Prefeitura Municipal de Vitória - PMV
- . Secretaria de Estado da Educação e Cultura - SEDUC
- . Secretaria de Estado da Saúde - SESA
- . Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG
- . Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE
- . Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE

- . Banco Nacional de Habitação - BNH
- . Empresa Brasileira de Transporte Urbano - EBTU
- . Legião Brasileira de Assistência - LBA
- . Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS
- . Departamento Estadual de Estradas e Rodagem - DER/ES
- . Secretaria Estadual do Bem Estar Social - SEBS
- . Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA
- . Centro de Assistência Gerencial do Espírito Santo - CEAG/ES
- . Companhia Espírito-santense de Saneamento - CESAN
- . Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA
- . Departamento de Edificações e Obras - DEO/ES
- . Instituto Estadual do Bem Estar do Menor - IESBEM
- . Companhia Brasileira de Alimentação - COBAL
- . Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/ES

Considerando as interfaces dos componentes entre si, nas diversas funções urbanas, no complexo de atividades, essas instituições deverão equacionar suas ações de maneira integrada, técnica, cronológica e institucionalmente, sob a coordenação da UAS (Unidade de Administração do Subprojeto).

Os componentes de Subprojetos apresentados tiveram como diretrizes:

- a) assegurar sua compatibilidade com a estratégia de desenvolvimento urbano da Aglomeração;
- b) assegurar sua contribuição aos objetivos do Projeto CPM/BIRD;
- c) beneficiar a população urbana pobre, onde até 70% possua renda familiar inferior a três salários mínimos regionais;
- d) a procura de soluções de menor custo compatíveis com este segmento.

Os investimentos e os custos de operação deverão ser recuperados em maior proporção possível, seja através de tarifas diretas e taxaões aos beneficiários, seja por aumento de impostos sobre os imóveis valorizados, seja por cobrança de taxas de uso do trabalho. Há de ser consideradas, nes

ses casos, não sō as necessidades da populaçāo, mas tambēm a sua disponi_ bilidade financeira.

As proposiçōes de cunho social, os estudos e as de aperfeiçoamento admi_ nistrativo nāo necessitarāo propiciar nenhum retorno direto.

O PLANEJAMENTO URBANO E OS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS

O crescimento desordenado que a Grande Vitória enfrentou nos últimos anos levou-a a uma situação de complexidade problemática. A cidade espalhou-se à mercê das leis de mercado que valorizaram as áreas num ritmo muito mais veloz do que os órgãos de governo responsáveis pela política habitacional e a população de renda mais baixa podiam adquirir.

As consequências deste processo se fizeram em vários setores de vida urbana e desencadearam uma avalanche de problemas onde os efeitos de uns eram as causas de outros e assim sucessivamente.

A definição dos preços no mercado imobiliário não se dá somente pela oferta da mercadoria, mas pelo que a demanda estiver disposta a pagar. Apesar da permanente incorporação à cidade de glebas que antes eram rurais, causando sua expansão horizontal, o preço do terreno urbano não sofre regressão. O preço dessa mercadoria é regulada pela utilização do espaço, e portanto pelos mecanismos de mercado.

A procura por espaços na cidade decorre da necessidade de nela realizar atividades. Essa demanda distingue as vantagens locacionais, seja para a realização de atividades que atendam as necessidades econômicas, como as empresas, ou individual, como a habitacional. Nela são considerados valores intrínsecos, tais como acessibilidade, disponibilidade de serviços urbanos e infra-estrutura, categoria social, complementariedade de atividades, comunicação, mercadologia, etc que, acionadas, agilizam a viabilização dos investimentos.

O Estado desempenha importante papel na determinação das demandas de uso do solo - e portanto no seu preço - como responsável pelo provimento dos serviços urbanos. A oferta desses serviços, sendo limitada, e a cidade heterogeneamente servida, tem como resultado o valor diferenciado do solo urbano. O seu consumo se dá por categoria de qualidade correspondendo à categoria de renda, configurando-se uma segregação espacial discriminatória aos pobres.

Essa população não tem acesso ao solo urbano, e, portanto, não tem onde morar. Somam-se assim as condições geradoras da produção de um espaço e de uma habitação classificados como *subnormal* colocada no campo da ilegalidade, pois surgem em áreas onde, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não estão em aplicação: áreas do patrimônio público, terrenos em litígio de proprietários, glebas em inventário, áreas mantidas para fins especulativos, terrenos inaproveitáveis para urbanização *normal* como alagáveis, aclives, rochas, etc.

Ao gerar melhorias, a dinâmica de produção dos espaços urbanos favorece aqueles que podem pagar pelo processo de enorme especulação imobiliária. Criando simultaneamente condições à chamada *expulsão branca*, trama urbana que leva as camadas pobres a zonas desprovidas de serviços públicos.

Portanto, o crescimento urbano marginaliza as populações de baixa renda. A ânsia do desenvolvimento rápido, do aumento da produção e de lucro máximo levou a segundo plano aquilo que uma cidade deve ter como uma de suas funções principais: o abrigo, a segurança e a sobrevivência de seus habitantes.

O favelamento das áreas metropolitanas, assim como os demais problemas urbanos, são decorrentes de uma série de fatores vinculados à estrutura econômica do País, numa abordagem mais geral, e ao caráter da apropriação do espaço no desenvolvimento urbano, de forma mais particular.

A Grande Vitória, próxima aos centros urbanos mais desenvolvidos do País, também é afetada pelas condições estruturais, uma vez que é um centro urbano dotado de poucos recursos e no qual a questão da subabitação urbana adquire contornos críticos contundentes.

Além disso, outros fatores evidenciam um quadro que já começa a se refletir no complexo das relações urbanas:

- . A Aglomeração Urbana da Grande Vitória vem desempenhando e desempenhará, em futuro próximo, papel fundamental na absorção de contingentes populacionais liberados pelo interior do Estado;
- . O crescimento econômico da região está intimamente ligado às atividades, cujo dinamismo apoia-se no uso intensivo dos fatores capital e mão-de-obra qualificada.

Da primeira evidência vem a necessidade da Aglomeração preparar-se quantitativamente no que se refere à serviços básicos como saúde, educação, segurança, lazer, etc.

Por outro lado, da segunda depreende-se uma colocação qualitativa da cidade. Ela precisa verticalizar seus serviços, sofisticá-los, colocá-los à disposição em qualidade compatível com o seu novo *status* de metrópole emergente.

Entretanto, as duas evidências apresentam um contraste quali-quantitativo na medida em que as funções da cidade de gerar empregos e qualidade de vida urbana em nível adequado não estão asseguradas pelo crescimento econômico esperado.

A mão-de-obra a ser absorvida do interior, sendo de baixa qualificação, o máximo que se pode esperar a curto/médio prazos, é o seu aproveitamento na fase de construção dos chamados Grandes Projetos. A demanda por pessoal na fase de operação deverá ser, pelo menos, cinquenta por cento infe

rior à das etapas de construção civil.

Depreende-se, portanto, a urgência de ser incorporada ao campo de ação do Planejamento Urbano a necessidade de geração de oportunidades de trabalho adequadas à realidade de oferta de mão-de-obra local.

As unidades de capital intensivo tem capacidade reduzida de proporcionar emprego, principalmente a esses não qualificados, desviando-se para setores da economia, em geral, incapazes de oferecer salários e empregos permanentes. As desigualdades de renda, portanto, tendem a manter-se através de uma estrutura de produção orientada para os ramos que mais se beneficiam da modernização tecnológica de mão-de-obra reduzida, tendo como efeito residual a geração de um número desproporcional de empregos indiretos, predominantemente urbanos e mal remunerados e, mais grave ainda, um grande contingente de subempregados e desempregados.

Na realidade, a pobreza tem aumentado e adquire caráter mais dramático em situações de crescimento rápido. O Planejamento tem se omitido quanto ao problema da pobreza, na esperança de que os resultados do desenvolvimento econômico por ele proporcionado leve à participação geral no bem estar, o que não ocorre, pois a mobilidade social ascendente é seletiva e discriminatória.

Dessa forma, o reaparelhamento estrutural urbano para a modernização não deve dar-se de maneira isolada, e tampouco contraposta aos objetivos nem sempre homogêneos dos diversos segmentos sociais envolvidos no desenvolvimento. O enfoque a ser dado pelo Projeto para as intervenções situa-se dentro do conceito de Habitação Social, ou seja, o *habitat* no sentido amplo, atendendo não só à necessidade de abrigo, mas também de saúde, saneamento, lazer, emprego, renda, circulação, etc., compatibilizado com critérios de estruturação urbanística e integração comunitária, integrando o desenvolvimento social e desenvolvimento físico-territorial, ampliando o conceito de desenvolvimento urbano.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE ASSENTAMENTOS URBANOS SUBNORMAIS

As diferenças entre a Grande Vitória e o interior do Estado do Espírito Santo se intensificaram a partir da *industrialização*, como forma de soerguimento da economia local, a partir da década de 70.

O Espírito Santo não participou dos demais *ciclos* econômicos do Brasil, parecendo desempenhar apenas o papel de garantia de posse da colônia, mas com o *ciclo* do café aconteceu, em definitivo, a ocupação do solo capixaba.

A política de erradicação do café, levada a efeito na década de 60, provocou uma mudança na base econômica do Estado.

O meio rural, que até então vinha sendo o centro de atenção de todo o processo econômico, passa a segundo plano, cumprindo o papel de fornecer os alimentos básicos a preços menores e abastecer os centros urbanos do potencial de força de trabalho liberado pela decadência do setor agrícola, proporcionando níveis salariais mais baixos para os trabalhadores e desempenhando um papel fundamental no processo de acumulação capitalista.

Dentro do novo contexto econômico-político-social, o centro urbano torna-se o *locus* de toda a política de incrementação que a indústria requer para a sua implantação e desenvolvimento.

Com isto, a população rural, que tinha no cultivo do café a única forma de manter sua sobrevivência, vê-se desprotegida. Embora tenha sido uma política federal, preocupada com uma superprodução, as consequências da 2.^a erradicação (66/67) no Espírito Santo tomam maiores proporções, tendo

em vista a característica de monocultura e a estrutura agrária do Estado ser formada por um grande número de pequenas propriedades.

O ritmo de urbanização e o avanço adquirido pela industrialização, associados à decadência do setor agrícola, intensificam as migrações internas. Entretanto, apenas parte desta população é transformada em trabalhadores assalariados, sendo a maior parte liberada para desenvolver de *forma marginal* os serviços criados pelo processo de acumulação, tais como: serviço de reparação, manutenção, comércio autônomo, empregos domésticos remunerados, biscates, etc..., o que permite uma reprodução da força de trabalho a níveis cada vez mais baixos. Todos estes serviços são característicos de alta instabilidade e remuneração baixa, inerentes ao setor terciário não-dinâmico da economia.

Embora o setor industrial tivesse aumentado sua participação na renda interna do Estado de 17,4% (1970) para 27,2% (1977), em detrimento da participação do setor primário (22,8% em 1970 para 11% em 1976)¹, os empregos gerados pelas indústrias foram insuficientes para reter toda a população liberada do campo. Presenciou-se ao aumento exagerado do setor terciário - com atividades características de baixa remuneração e subempregada - para as pessoas que aqui ficaram, e uma expulsão de parcela significativa da população para fora do Estado².

Todo esse quadro concentrador de renda, reflete-se sobremaneira nos trabalhadores, que são obrigados a fixarem suas moradias em áreas periféricas dos centros urbanos, carentes de infra-estrutura básica, sendo construídas em terrenos clandestinos, uma vez que o processo de deteriorização, dos salários através do tempo lhes reserva esta única alternativa

¹ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. *Migrações Internas no Espírito Santo* (tabela 7/A). Vitória, dez./79.

²No período 1970/77, o Espírito Santo apresentou saldo migratório negativo em torno de 160.000 pessoas.

de sobrevivência. A especulação capitalista faz com que a posse de ren
da monetária seja requisito indispensável para a ocupação do solo, corro
borando para essa *clandestinidade*.

Verifica-se portanto que a formação das áreas pobres nas periferias dos
grandes centros urbanos surge como reflexo de todo um conjunto de mudan
ças de caráter estrutural, não podendo ser entendida sem antes conhecer
mos todo o processo histórico de transformações da Região.

A SELEÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRIORITÁRIOS PARA INTERVENÇÃO NA GRANDE VITÓRIA

A incidência de moradores em assentamentos subnormais na área da Grande Vitória atinge, hoje, 262 mil pessoas carentes, povoando precariamente 82 ocupações em mangues e morros em quatro municípios da microrregião.

Desses assentamentos, 32 estão no Município de Vitória, 34 em Vila Velha, 12 em Cariacica e quatro na Serra. Trinta e nove deles são ocupações sobre mangues ou baixadas e 43 sobre morros ou encostas. Da população considerada carente, 99.080 reside em Vitória, 107.390 em Vila Velha, 43.150 em Cariacica e 12.000 na Serra³.

As seleções das áreas para intervenção contemplou 75 assentamentos urbanos subnormais identificados nos Municípios da Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória. Utilizaram-se critérios uniformes e homogêneos que possibilitasse uma escolha efetiva dos assentamentos prioritários entre todos os carentes. Foram excluídos sete assentamentos no Município de Vitória, já contemplados pelo convênio firmado entre o BNH e a PMV para aplicação do PROMORAR.

O procedimento adotado, descrito a seguir, buscou reduzir ao mínimo possível os julgamentos subjetivos inerentes a tais tipos de análise. Foi

³IJSN. Pesquisa Direta e por observação, 1978.

ram considerados, também, os objetivos estabelecidos pelo IJSN, que consistem em definir ações que produzam maior impacto sócio-econômico-cultural na população urbana pobre, atingindo a maior parcela possível desta população.

Para tanto, foram adotados dois grupos de critérios para escolha das áreas hoje conhecidas:

- . Renda média familiar;
- . Grau de carência.

Para o primeiro grupo, foram utilizadas complementarmente as informações da pesquisa sócio-econômica SEPLAN-77, por setores censitários, conjugados com as indicações dos Mapas de Localização Escolar em Áreas de Baixa Renda (Trabalho desenvolvido FJSN-SEDU/ES).

Este procedimento foi adotado para cada município, sendo indicado por mapas todos os assentamentos com renda média familiar de 0 a 2 SM e de 2 a 5 SM.

Considerando-se a definição de população urbana pobre como a parcela da população que percebe uma renda familiar menor que 3 salários mínimos, verifica-se que o critério adotado de 0 a 2 SM atende ao exigido pelo Projeto CPM/BIRD.

Para o segundo grupo de critérios, foi estabelecido um determinado grau de carência com base nas informações colhidas em todos os assentamentos conhecidos por pesquisa direta conforme citado anteriormente. A partir destas informações, foi elaborado para cada município uma matriz de prioridades.

Esta Matriz de Prioridades por Município consta de 20 indicadores da qualidade de vida em cada assentamento. A estes indicadores, avaliados

na sua interdependência e na frequência com que apareciam em cada bairro, foram conferidos pesos, os quais, somados, resultaram na primeira avaliação por grau de carência.

Aos indicadores de carência, anteriormente descritos, considerados na sua interdependência e na incidência, também foram considerados pesos, cuja somatória resultou na avaliação por grau de carência.

Aos aspectos de infra-estrutura e serviços urbanos principais atribuíram-se valores de 0 a 4 pontos, aos serviços urbanos relativos, de 0 a 2, para situação jurídica da propriedade e oferta de empregos na área, de 0 a 4 pontos.

TABELA DE PESOS POR INDICADORES DE CARÊNCIA

ASPECTOS	EXPRESSÃO	PESOS
INFRA-ESTRUTURA	%	0% = 0
1. Terreno Alagável	%	1 a 25% = 1
2. Desalinhamento	%	26 a 50% = 2
3. Vias não carroçáveis	%	51 a 75% = 3
4. Sem solução p/esgoto	%	76 a 100% = 4
5. Sem rede de água	%	
6. Sem fornecimento regular	%	
7. Sem ligação elétrica domiciliar	%	
8. Sem iluminação pública	%	
SERVIÇOS - 1	Bom/mau = +/- †	
9. Transporte coletivo	+/-	
10. Escola de 1º Grau	+/-	+ = 0
11. Prox. de posto médico	+/-	- = 4
12. Policiamento	+/-	
SERVIÇOS - 2	Bom/mau = +/-	
13. Escola de 2º Grau	+/-	+ = 0
14. Alfabetização adultos	+/-	- = 2
15. Atendimento médico	+/-	
16. Posto policial	+/-	
SITUAÇÃO JURÍDICA	Bom/mau = +/-	
17. Predom. casa própria	+/-	+ = 0
18. Docum. regular	+/-	- = 4
19. Proprietários terceiros		Terrenos: Pref., Estado, União = 1 Particular = 2 Duvidoso = 3
EMPREGO		
20. Há emprego	+/-	+ = 0 - = 4

A somatória dos pesos nos aspectos diversos resultou num ordenamento por indicadores brutos de carência.

Verificou-se que, não obstante os assentamentos menores reunirem maior número de pontos, por se constituírem em sua maioria de segmentos de bairros, tal carência torna-se relativa, pois dispõem das facilidades urbanas nesses bairros próximos. Por esse motivo, os equipamentos alocados nesses assentamentos teriam o atendimento limitado à sua população.

Para que a carência bruta não se tornasse fator preponderante, adotou-se um fator de ponderação, denominado FATOR DE ISOLAMENTO (f), proporcional à população, considerando o acesso às facilidades circunvizinhas e a amplitude a ser atingida pelos equipamentos do Programa.

POPULAÇÃO	PESO f
Até 1.000	1.0
1.001 a 2.500	1.2
2.501 a 7.500	1.8
7.501 a 13.000	2.0

O Índice de Carência Bruta multiplicado pelo Fator de Isolamento fornece o ÍNDICE DE CARÊNCIA GLOBAL, que ordenou os bairros por grau de prioridade sob os aspectos de infra-estrutura, serviços urbanos, situação jurídica e emprego. Foram então classificados em dois grupos; os *carentes*, com até 49 pontos de carência, e os *muito carentes*, que reuniram 50 a 102 pontos.

Inseriram-se, então, os critérios de renda, utilizando dados da pesquisa sócio-econômica estadual realizada pela SEPLAN, em 1977, por setores censitários conjugados com as indicações dos Mapas de Localização Escolar em Áreas de Baixa Renda⁴, indicando assentamentos com Renda Média Familiar de 0 a 2 SM e de 2 a 5 SM. Foram considerados prioritários os assentamentos do primeiro grupo (0 a 2 SM) atendendo, portanto, à definição de população pobre como aquela que recebe até 3 SM em sua maioria.

Os assentamentos foram, assim, classificados em quatro grupos, conforme a renda média familiar e o grau de carência.

		CARÊNCIA	
		20 a 49	50 a 102
Renda	Até 2 SM	II	I
	2 a 5 SM	IV	III

onde:

Bairros de Grupo I: Renda até 2 SM

Grau de Carência de 50 e mais pontos (até 102)

⁴ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação/Fundação Jones dos Santos Neves. *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar na Grande Vitória*. 1979/1980.

Bairros de Grupo II: Renda até 2 SM
Grau de Carência menos de 50 pontos (20-49)

Bairros de Grupo III: Renda de 2 a 5 SM
Grau de Carência 50 e mais

Bairros de Grupo IV: Renda de 2 a 5 SM
Grau de Carência - menos de 50 pontos

Dessa forma, foram enquadrados como sendo do grupo I (muito carentes e com renda média familiar abaixo de 2 SM) 22 assentamentos, considerados como de alta prioridade de intervenção, o que atingiria 47% da população carente, representada por 117.050 pessoas.

VITÓRIA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO ESTIMADA	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Forte de São João	Até 2	46	10.000	2,0	92	I
2	Morro do Romão	Até 2	41	6.000	1,8	74	I
3	Santa Tereza	Até 2	31	10.000	2,0	62	I
4	Morro da Penha	Até 2	41	5.000	1,5	62	I
5	Morro do Cabral	Até 2	49	1.750	1,2	59	I
6	São Benedito	Até 2	30	7.200	1,8	54	I
7	Maria Ortiz	Até 2	36	4.500	1,5	54	I
8	Morro da Capoeira/Morro de Gurigica	Até 2	35	4.250	1,5	53	I
9	Morro de Santa Marta	Até 2	39	1.500	1,2	47	II
10	Morro Moscoso	Até 2	47	1.000	1,0	47	II
11	Tabuazeiro de Dentro	Até 2	42	950	1,0	42	II
12	Ilha do Príncipe	Até 2	23	5.000	1,5	35	II
13	Inhanguetá	Até 2	35	1.000	1,0	35	II
14	Morro São José	Até 2	33	300	1,0	33	II
15	Morro do Bonfim	Até 2	31	1.000	1,0	31	II
16	Morro do Martelo	Até 2	25	1.750	1,2	30	II
17	Pedra da Engenharia	Até 2	25	1.000	1,0	25	II

Continuação: Vitória

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO ESTIMADA	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
18	Morro de Bento Ferreira	Até 2	19	1.250	1,2	23	II
19	Santos Dumont	Até 2	19	2.500	1,2	23	II
20	Morroda Fonte Grande	2 a 5	41	4.000	1,5	62	III
21	Morro da Chapada	2 a 5	40	3.000	1,5	60	III
22	Morro da Consolação	2 a 5	33	3.500	1,5	50	III
23	Morro de Jucutuquara	2 a 5	31	2.800	1,5	47	IV
24	Morro da Piedade	2 a 5	39	500	1,0	39	IV
25	Morro do Cruzamento	2 a 5	30	2.100	1,2	36	IV

VILA VELHA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M. F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO ESTIMADA	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Capuaba	Até 2	54	1.300	(2,0)	108	I
2	Ilha da Conceição	Até 2	41	6.000	(2,0)	82	I
3	Pedra dos Búzios	Até 2	41	1.200	(2,0)	82	I
4	Santa Rita (sem Alecrim)	Até 2	39	9.000	2,0	78	I
5	Marinho	Até 2	40	6.500	1,8	72	I
6	Vila Garrido (morro)	Até 2	34	6.000	(2,0)	68	I
7	Ilha das Goiabeiras	Até 2	33	1.000	(2,0)	66	I
8	Colônia de Pesca Itapoã	Até 2	53	400	1,0	53	I
9	Morro do Soteco (inclusive Beco de Tocantins)	Até 2	44	1.700	1,2	53	I
10	Nossa Senhora da Penha	Até 2	48	200	1,0	48	II
11	Sagrada Família	Até 2	47	1.000	1,0	47	II
12	Baixada Jaburuna	Até 2	38	2.000	1,2	46	II
13	Divino Espírito Santo	Até 2	34	2.500	1,2	41	II
14	Morro de Argolas	Até 2	33	1.800	1,2	40	II
15	Contestado I	Até 2	39	575	1,0	39	II
16	Favelas dos Vicentinos	Até 2	39	155	1,0	39	II
17	Contestado II	Até 2	37	300	1,0	37	II
18	São Vicente	Até 2	28	1.300	1,2	34	II

Continuação: Vila Velha

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO ESTIMADA	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
19	Ilha dos Ayres	Até 2	33	900	1,0	33	II
20	Contestado III	Até 2	32	560	1,0	32	II
21	Conj. Valdevino Vieira	Até 2	31	750	1,0	31	II
22	Morro Jaburuna	Até 2	25	2.000	1,2	30	II
23	Rua do Canal	Até 2	29	650	1,0	29	II
24	Rua do Lixo	Até 2	20	650	1,0	20	II
25	Rio Marinho	2 a 5	40	10.000	2,0	80	III
26	Alvorada	2 a 5	37	10.000	2,0	74	III
27	Jardim Marilândia	2 a 5	36	10.000	2,0	72	III
28	Alecrim	2 a 5	39	3.500	2,0	78	III
29	Vila Garrido/Baixada	2 a 5	34	4.000	2,0	68	III
30	Vale Encantado	2 a 5	25	13.000	2,0	50	III
31	Morro da Boa Vista	2 a 5	41	2.500	1,2	49	IV
32	Cobi de Baixo	2 a 5	30	3.000	1,5	45	IV
33	Morro da Bomba	2 a 5	37	2.500	1,2	44	IV
34	Cobi de Cima	2 a 5	21	450	1,0	21	IV

SERRA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M. F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO ESTIMADA	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Sossego	Até 2	52	5.900	1,8	94	I
2	Boa Vista	Até 2	34	600	1,0	34	II
3	Taquara (1 e 2)	2 a 5	33	3.000	2,0	66	III
4	Concheiras	2 a 5	32	2.000	1,2	38	IV

CARIACICA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO ESTIMADA	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Flexal	Até 2	51	10.000	2,0	102	I
2	Porto de Santana	Até 2	42	13.300	2,0	84	I
3	Bela Aurora (Buraco quente)	Até 2	43	4.800	1,5	65	I
4	Itanguã	Até 2	54	1.250	1,2	65	I
5	Expedito	Até 2	32	3.000	1,5	48	II
6	Mucuri	Até 2	47	300	1,0	47	II
7	Santo André	Até 2	43	650	1,0	43	II
8	Independência	Até 2	38	850	1,0	38	II
9	São João Batista	Até 2	28	1.150	1,2	34	II
10	Canto Feliz	Até 2	28	1.500	1,2	34	II
11	Rosa da Penha	2 a 5	39	2.850	1,5	59	III
12	Alto Lage	2 a 5	21	3.500	1,5	32	IV

QUADRO RESUMO

RESULTADOS GLOBAIS DA AGLOMERAÇÃO: ANÁLISE DA CARÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS

GRUPO DE BAIROS	GRANDE VITÓRIA*	VITÓRIA**	VILA VELHA	CARIACICA	SERRA	
I	População	117.050	48.700	33.100	29.350	5.900
	Nº de Bairros	22	8	9	4	1
II	População	40.650	17.250	15.350	7.450	600
	Nº de Bairros	33	11	15	6	1
III	População	66.850	10.500	50.500	2.850	3.000
	Nº de Bairros	11	3	6	1	1
IV	População	19.350	5.400	8.450	3.500	2.000
	Nº de Bairros	9	3	4	1	1
TOTAL	População	243.900	81.850	107.400	43.150	11.500
	Nº de Bairros	75	25	34	12	4

*Sem Viana.

**Foram excluídos de Vitória, 7 bairros, objeto de intervenção da PMV/BNH.

Obteve-se, assim, para os quatro municípios, os 22 assentamentos enquadrados como Grupo I, de mais baixa renda, maior grau de carência e com características de isolamento, compreendendo uma população estimada de 117 mil moradores.

A prioridade de intervenção se faz sobre esses bairros, atendendo à filosofia anteriormente descrita da intervenção integrada. A escolha das áreas de intervenção do Projeto CPM/BIRD se fez entre essas áreas, incluindo critérios outros a fim de ampliar o alcance das intervenções propostas.

A localização dos assentamentos na Grande Vitória é apresentada no Mapa anexo.

RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS DE VITÓRIA, CARIACICA, VILA VELHA E SERRA

VITÓRIA

Nº	BAIRRO	GRUPO	Nº	BAIRRO	GRUPO
01	Forte de São João	I	14	M. São José	II
02	Morro do Romão	I	15	M. do Bonfim	II
03	Morro da Chapada	I	16	Morro do Martelo	II
04	Morro da Penha	I	17	Pedra da Engenharia	II
05	Santa Tereza	I	18	Morro de Bento Ferreira	II
06	São Benedito	I	19	Santos Dumont	II
07	Maria Ortiz	I	20	Morro da Fonte Grande	III
08	M.Capoeira/Gurigica	I	21	Morro do Cabral	III
09	Morro de Santa Marta	II	22	Morro da Consolação	III
10	Morro Moscoso	II	23	M. de Jucutuquara	IV
11	Tabuazeiro de Dentro	II	24	Morro da Piedade	IV
12	Ilha do Príncipe	II	25	Morro do Cruzamento	IV
13	Inhanguetã	II			

CARIACICA

01	Flexal	I	08	Independência	II
02	Porto de Santana	I	09	São João Batista	II
03	Bela Aurora (Buraco Quente)	I	10	Canto Feliz	II
04	Itanguã	I	11	Rosa da Penha	III
05	Expedito	II	12	Alto Lage	IV
06	Mucuri	II	13	Flexal Novo	I
07	Cemit. Campo Grande				

VILA VELHA

01	Capuaba	I	18	São Vicente	II
02	Ilha da Conceição	I	19	Ilha dos Ayres	II
03	Pedra dos Búzios	I	20	Contestado III	II
04	Santa Rita	I	21	Conj. Valdevino Vieira	II
05	Marinho	I	22	Morro Jaburuna	II
06	Vila Garrido (morro)	III	23	R. do Canal	II
07	I. das Goiabeiras	I	24	R. do Lixo	II
08	Col. de Pesca Itapoã	I	25	Rio Marinho	III
09	M. do Soteco	I	26	Alvorada	III
10	N. S. da Penha	II	27	Jardim Marilândia	III
11	Sagrada Família	II	28	Alecrim	III
12	Baixada Jaburuna	II	29	Vila Garrido Baixada	III
13	Divino Espírito Santo	II	30	Vale Encantado	III
14	Morro de Argolas	II	31	Morro da Boa Vista	IV
15	Contestado I	II	32	Cobi de Baixo	IV
16	Favela dos Vicentinos	II	33	Morro da Bomba	IV
17	Contestado III	II	34	Cobi de Cima	IV

SERRA

01	Sossego	I	03	Taquara 1 e 2	III
02	Boa Vista	II	04	Concheiras	IV

A DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO SUBPROJETO VITÓRIA DO PROJETO CPM/BIRD

Entre os assentamentos classificados como sendo de Grupo I, na análise anterior, onze estão localizados em áreas de morro e onze em áreas de mangue. Entre os de morros, sete estão situados no Município de Vitória, o que é explicável por dois motivos:

- a) a PMV realizou convênio com o BNH para atuar com o programa PROFILURB em seis bairros de áreas baixas;
- b) os bairros de áreas baixas mais próximas ao Centro vêm, ao longo do tempo, sendo aterrados e recuperados, expulsando seus moradores através da valorização, enquanto nas áreas de morro, por serem os investimentos elevados e a recuperação menor, tem sido alvo de pouca atuação do Poder Público.

Dentro do conceito de intervenção integrada e das diretrizes de desenvolvimento urbano, pretende-se que as intervenções não se limitem à área-alvo, mas que tenham um alcance maior, difundindo seus benefícios aos bairros e às populações circunvizinhas. Isso, além de possibilitar uma viabilidade maior dos equipamentos em termos econômicos, o faria em termos sociais, visto que tornaria possível uma maior *integração comunitária* entre os assentamentos e os entornos.

A intervenção deve também objetivar a uma *integração física*, procurando agrupar os bairros e possibilitar a interligação entre eles, induzindo a relações periféricas de vizinhança que ampliem a clientela dos equipamentos locais de comércio e serviços. Isso possibilita a melhoria da qualidade do atendimento e favorece portanto a desconcentração, induzindo a relações de oferta e procura que hoje se realizam predominantemente no

congestionado Centro Metropolitano.

A postura atende à estratégia de desenvolvimento urbano preconizada no PEE⁵, de incrementar a formação de unidades periféricas com maior autonomia possível, apoiadas em centros secundários - Centro de Animação e Centros de Bairros.

A partir dessa diretriz, procurou-se atender preferencialmente à *aglomerações de bairros*, conjuntos de assentamentos carentes, onde as intervenções tenham uma abrangência ampliada. Ainda dentro dessas intenções, considerou-se o critério de *convergência física*, de modo que esses bairros venham a se integrar organicamente, viabilizando uma área de centralidade local a médio prazo.

Portanto, com a utilização dos diversos critérios de seleção descritos anteriormente, foram escolhidas quatro áreas de assentamentos subnormais para intervenção integrada do Projeto CPM/BIRD - Subprojeto AUV, sendo uma no Município de Vila Velha (Aglomerado de Santa Rita), outra no Município de Cariacica (Bairro Porto de Santana) e duas outras no Município de Vitória, sendo uma no mangue (Bairro Maria Ortiz) e outra no morro (Aglomerado de Santa Tereza).

São, portanto, duas áreas situadas nas baixadas e duas nas encostas, sendo duas delas relativamente próximas à Área Central da Aglomeração e as outras duas bastante afastadas.

⁵ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Planejamento. Fundação Jones dos Santos Neves. *Grande Vitória: Uma Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana (Plano de Estruturação do Espaço)*. Vitória, FJSN, 1976.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

ASPECTOS FÍSICOS

AGLOMERADO DE SANTA TEREZA

Denominou-se Aglomerado de Santa Tereza as áreas de pobreza do Morro da Chapada e das encostas do Cabral e Santa Tereza.

O crescimento Oeste da Ilha de Vitória se fez com dificuldades, enfrentando condições topográficas adversas, pois o prolongamento do Maciço Central da Ilha se faz por rochas vivas, que dão origem à Ilha do Príncipe e aos morros graníticos pré-cambrianos do Cabral, São João, Chapada e do Quadro, entre outros.

A Rua São João, que sobe as encostas do maciço, procurando menores declividades sucessiva e desordenadamente viabilizando a ocupação desses morros, era um dos acessos à Fazenda Santo Antônio, que deu origem ao bairro de mesmo nome.

Os lotes lindeiros a essa via são ocupados por casas antigas de boa qualidade, mas onde a declividade começa a se acentuar as vias transversais de acesso são substituídas por trilhos e escadarias, as construções são em madeira e a infra-estrutura escasseia.

No lado oposto, sobre a rocha pura que constitui o morro da Chapada, a ocupação em favelas se repete, mais densa. A circulação se faz por escadarias e ruelas por onde correm, também, os precários serviços de infra-estrutura.

Não existe solo desenvolvido, e a rocha apresenta, em seu limite externo, uma mudança brusca de declividade, formando grotões inabitáveis. No lado oposto, o declive é mais suave até o talvegue onde se situa a Rua São João.

Santa Tereza e Cabral, estão sobre solos litólicos, que são pouco desenvolvidos, de pequena profundidade, intercalados com afloramentos rochosos e matações. A expansão desses bairros está penetrando cada vez mais na mata que reveste o Maciço Central, já tendo alcançado atualmente a cota de 170 metros. Essa *subida* da expansão está destruindo gradativamente a cobertura vegetal, criando espaços escarpados, sujeitos à infiltrações com posteriores deslizamentos de terra e rolamento de pedras.

Quase todas as construções do Aglomerado estão assentadas diretamente sobre a rocha, ou sobre o solo já desenvolvido, com pequenos cortes de taludes.

MARIA ORTIZ

O bairro situa-se no final da área estiada da parte continental do Município de Vitória, no extremo da restinga que se inicia no aeroporto e vai terminar no canal da Passagem, depois dos conjuntos Jabour, Antônio Honório e Solon Borges.

Teve origem no lançamento de lixo junto ao final da vala que drena a restinga, avançando sucessivamente sobre o mangue. O bairro era conhecido como *Lixão de Goiabeiras*, pois a população era composta de moradores carentes à cata de resíduos aproveitáveis.

Esse lixo, assentado sobre a planície flúvio-marinha, que possuía vegetação de mangue e solo orgânico altamente expansivo, está em contato permanente com o lençol freático, contaminando o estuário da Baía de Vitória. Tem recobrimento de argila, com espessura variável entre 2m e zero.

A parte mais recente do bairro está situada diretamente sobre o lixo e a marê, e o bairro como um todo tem seu solo sujeito a recalques bastante acentuados, sendo frequentemente a colocação de novas camadas de terra e a elevação dos barracos.

A área está sobre terrenos de Marinha pertencentes ao Patrimônio da União, porém a demarcação dos lotes vinha sendo feita pela PMV, que continua a administrar o bairro. A delimitação da área de intervenção tem 23,2ha, congregando cerca de 1.300 barracos.

O bairro vai, aos poucos, consolidando-se através da ação da PMV ou de políticos locais. Verifica-se algumas construções em alvenaria, mas predominam as habitações em barracos e são ainda precárias suas condições de infra-estrutura.

PORTO DE SANTANA

Porto de Santana se constitui num bairro consolidado, e seu processo de ocupação, a partir da antiga fazenda de São João, verificou-se nas duas últimas décadas, mas mesmo assim, os moradores não têm, até os dias atuais, uma situação definida de posse da terra, pois grande parte da área é de propriedade da Prefeitura Municipal de Vitória, embora o bairro esteja no Município de Cariacica.

Assentado sobre quatro morros: do Matadouro, do Meio, da Aparecida e Porto Novo, o bairro está localizado, a Leste do canal da Baía de Vitória, e é cortado pela Estrada de Ferro Vitória-Minas e pelas vias que dão acesso a Flexal.

Sua ocupação se processou de forma desordenada, verificando-se primeiramente no Morro do Matadouro e estendendo-se, em seguida, para os demais. Todo o bairro compreende uma área total de cerca de 101ha.

Estes morros são oriundos do período pré-cambriano, de embasamento gnáissico, com alguns afloramentos rochosos. O solo aí desenvolvido, o latossolo vermelho textura argila arenosa, é um solo profundo, coeso, e as rochas ocorrem nas cotas mais baixas, normalmente.

Geomorfologicamente, os morros assim se apresentam:

- . o Morro do Matadouro apresenta nas vertentes Sul e Leste um relevo escarpado, com barrancos de até 35m de altura (a declividade natural nestas vertentes é alta, chegando a 100%, e foi muito acentuada com os cortes feitos nos barrancos). A vertente Oeste apresenta forte ondulado e a vertente Norte tem relevo ondulado.
- . os morros do Meio e da Aparecida têm, de uma maneira geral, relevo ondulado e algumas vertentes montanhosas. O Morro do Meio tem cota máxima 68,4m e o Morro da Aparecida 71,4m.

Uma pequena parte do bairro está situada sobre baixadas ao pé dos morros. Estas baixadas são terrenos sedimentares de relevo plano, embrejados, sujeitos à inundações nas épocas de chuva. Existe, também, uma formação de mangue entre os morros do Matadouro, Meio e Porto Novo.

O traçado de algumas das ruas acompanha aproximadamente as curvas de nível, e outras transversais tem forte declividade, tendo em comum o péssimo estado de conservação, principalmente as últimas.

AGLOMERADO SANTA RITA

O Aglomerado de Santa Rita se constitui dos bairros de Alecrim, Santa Rita, Pedra dos Búzios, Capuaba, Vila Garrido, Ilha da Conceição e Ilha das Goiabeiras, com uma população de 30 mil habitantes e uma área de 178ha. Situa-se no Município de Vila Velha e é limitado pelo maciço cristalino rochoso do Morro do Pão Doce, a NO, Morro do Ataíde, a SE, e

Morro do Alecrim, a SO. É limitado ao Norte e cortado transversalmente pelo sistema de mangue que, saindo do Canal de Vitória pelo Saco de Aribiri, penetra o município no sentido N-S constituindo as bacias de Aribiri e Cobilândia, ampla área baixa alagável sob influência da maré.

Forma um *bolsão* natural composto por áreas planas e pequenas elevações cercadas por encostas suaves e íngremes, estando assentados basicamente sobre duas formações geológicas distintas: os morros graníticos, de origem antiga do período pré-cambriano, e os manguezais e terrenos alagáveis, de origem mais recente, do período quaternário.

As encostas dos morros são bastante escarpadas, com cortes acentuados, declividade variável e possuem relevo com deflúvio convergente para o canal do rio Aribiri.

A retirada da cobertura vegetal, os cortes indevidos nos taludes e o assentamento de barracos em áreas geomorfologicamente críticas, facilitou a erosão local, assim como criou áreas de infiltração concentrada que oferecem grandes riscos de deslizamento e desprendimento de barreiras e matações sobre os barracos aí localizados.

A área plana encontra-se quase toda dentro da zona de influência da maré, com frequentes alagamentos nas horas de maré cheia e/ou chuvas. Os barracos estão sobre aterros de argila pura, de lixo coberto com argila ou simplesmente lixo, sendo que a ocupação mais recente está diretamente sobre o mangue, em forma de palafitas.

As pequenas elevações da região, embora ligadas às encostas dos bairros, sobressaem-se na paisagem como se fossem ilhotas de relevo suave, quase sempre de rocha pura.

O quadro resulta em uma área de terreno sedimentar pouco coeso, em relevo plano, limitado por terrenos de topografia acidentada com rocha à vis

ta ou cobertos por frágil camada de argila.

Como consequência dessa conformação, toda a área, assim como a maior parte do município, é constituída de terrenos desfavoráveis à urbanização. Isso fez com que o preço da terra aí fosse relativamente baixo, tornando-se preferencial para populações de baixa renda, sacrificando a qualidade de vida urbana para dispor de local onde morar. *Entretanto, com exceção da Vila Garrido, em todos os bairros as condições jurídicas da propriedade são irregulares, pois a maior parte do Aglomerado encontra-se em áreas da União, em terrenos de Marinha, aforados e/ou invadidos.*

O Aglomerado é cortado em seu limite Norte pela Estrada de Jerônimo Monteiro, antiga ligação dos centros de Vitória e Vila Velha, que era feita através da integração a partir de Paul, das barcas de travessia do Canal da Baía de Vitória com os bondes que percorriam essa via, servindo aos bairros periféricos até o terminal da Prainha próximo ao centro de Vila Velha, sistema que voltou a ser ativado recentemente com a utilização dos ônibus.

Ao Sul, é cortado pela estrada antiga de Vila Velha, que era a ligação dos bairros de São Torquato e Cobi com Ataíde e Aribiri, ainda hoje de tráfego difícil, por atravessar longos trechos úmidos e não ser pavimentada em sua maior parte.

Os bairros formaram-se de maneira ciliar a essas vias, a partir de loteamentos ou de ocupações aleatórias, procurando os terrenos estriados, o que resultou na sucessão de vias de traçado alternadamente regular e irregular, dentro de uma lógica relativa.

A área é tangenciada ao Sul pela Rodovia Carlos Lindemberg, mais recente, de onde os acessos aos bairros ainda se faz com dificuldade, pois a

malha urbana ainda não se adequou a esse novo vetor estruturante.

VILA GARRIDO

O bairro Vila Garrido se constitui das encostas rochosas do Morro do Pão Doce, do Morro do Garrido e da vertente que os separa. Origina-se de dois loteamentos, feitos há cerca de 25 anos, e os lotes alternam condições de propriedades regulares e irregulares, pois alguns foram invadidos após longo período de abandono. Seu traçado é geométrico e nas áreas planas predominam as casas de alvenaria, condição que se inverte para barracos de madeira, na parte baixa, que se aproxima da base do morro junto ao mangue, e nas partes mais altas sobre a rocha.

Tem razoável densidade populacional que decresce descendo as costas do Morro do Garrido até o estuário do Rio Aribiri, onde se encontra com o Bairro Santa Rita de Cássia. Seus terrenos são secos, de declividade acentuada.

As habitações apresentam-se com área pequena, na maioria. No alto e no baixo do Garrido ficam os barracos piores, com área até 20m², e em precário estado de conservação. Predominam as casas de madeira em todo o bairro.

O bairro é razoavelmente servido na cumieira do Morro do Garrido, mas nas encostas e no rincão a qualidade dos serviços piora. O abastecimento de água tem padrão heterogêneo de atendimento, havendo ainda algumas habitações com poços de captação.

ALECRIM/SANTA RITA

O bairro Alecrim teve sua origem na invasão de terrenos da União inicia da há 30 anos, na área do encontro da Estrada Velha com a continuação da Rua da Lage, que atravessa a Vila Garrido e vai ter a Paul pela Estrada Jerônimo Monteiro. Essa área é delimitada pelo Valão, braço de mangue que dá vazão à bacia de Cobilândia, e pelas colinas que dão continuidade ao maciço do Morro do Pão Doce, numa das quais está localizado o Hospital Evangélico e noutra o Conjunto Planalto. O bairro prolonga-se pela via situada entre essa colina e a vala, com ocupação rarefeita.

O bairro possui edificações em alvenaria ao longo da via principal, onde há uma atividade comercial razoável, e sua consolidação é lenta, pois o solo é frágil e tem baixa capacidade de suporte de carga.

O bairro Santa Rita é constituído de duas partes: a *continental* e a *insu*lar. A primeira parte, situada entre o canal do DNOS e as colinas rocho sas, começou a ser ocupada em 1962, através de invasões feitas com autori zação da PMVV. Foi área alagável até recentemente, quando foi construído um dique paralalo ao canal e prolongando-se até um morro próximo, o qual preserva a área do alagamento através de uma comporta que se fecha com a maré cheia, configurando-se um primitivo *polder*. A drenagem é feita atra vés de uma rede de valas, que apresentam frequentes problemas de obstru ção.

A Ilha de Santa Rita é um afloramento arenoso de 14,7ha situado entre o valão de Aribiri e o canal do DNOS, cuja cota média de piso está a cerca de 70cm abaixo do nível da maré alta. Isto faz com que a ilha tenha exis tência intermitente, e os barracos e as pinguelas - como são chamadas as passarelas de circulação - estejam assentados sobre estacas, configuran do-se uma ocupação em palafitas, com todas as dificuldades e restrições inerentes. Todavia, tal ocupação se faz de maneira mais ou menos ordena da, obedecendo ao traçado de uma primitiva planta de urbanização, traçada por um topógrafo local.

Os terrenos são invadidos e as transações são feitas através de recibos; a maioria das casas são próprias, sendo 96% construídas em madeira, das quais mais de um terço são palafitas.

Todos os terrenos são aterros, sobre o mangue. Os terrenos são secos, alagáveis ou alagados na área das palafitas. O assentamento mais denso na rua principal e nas suas ruas vizinhas, e menos na ilha e nas áreas alagáveis.

ILHA DA CONCEIÇÃO

Afloramento argiloso sobre o mangue situado junto à Estrada Jerônimo Monteiro, originou-se do loteamento Nossa Senhora da Conceição, de 1953, comercializado por contrato de compra e venda, sob condição de serem construídas apenas casas de alvenaria. A ocupação da ilha se fez à sombra de sucessivas questões jurídicas, abandonos e invasões, o que resultou em situação fundiária complexa. Mais recentemente, a ocupação atingiu as abas da ilha e avançou sobre o mangue, em direção a Capuaba e Santa Rita, passando, mesmo, sobre a vala natural de drenagem, em aterros ou palafitas.

CAPUABA

Seguimento de bairro situado entre a Ilha da Conceição e os bairros de Santa Rita de Cássia, é cortado pela Rodovia de Capuaba, que dá acesso ao terminal portuário de mesmo nome. A baixada junto ao Atafide foi invadida há 10 anos, e do outro lado da rodovia a invasão se fez na área aterrada para acampamento de obras de um empreiteira da Portobrás há cerca de 5 anos. A ocupação tem traçado irregular, e avança sobre o mangue em direção aos bairros vizinhos.

ILHA DAS GOIABEIRAS

Seguimento do bairro Vila Batista, situa-se entre a Estrada Jerônimo Monteiro e o braço de mangue que o separa da Ilha das Flores, tendo acesso pela rua Faustino Falcão. A ilha foi requerida há quase 40 anos e em 1965 foi loteada sob licença do SPU, do qual a maioria tem o terreno arado. A maioria das casas são próprias, estando 80% sobre terrenos baixos, das quais 60% alagáveis e 20% alagados; as assentadas sobre terrenos altos estão no Morro da Pedra. 60% da área do assentamento foi conquistada por aterro, e a maioria das habitações são em madeira.

SEGMENTO PEDRA DE BÓZIOS

Ocupação situada entre as encostas do morro do Garrido e o mangue, desde a Estrada Jerônimo Monteiro, iniciou-se há cerca de 25 anos, fez-se por avanços em aterro sucessivos e paulatino prolongamento da rua João Pereira Bezerra.

O processo continua nos dias atuais, já tendo essa rua cerca de 800m e faltando apenas 300m para atingir o bairro Alecrim.

O assentamento, ao longo da saia do morro, avança em alguns trechos sobre o mar, utilizando terras tiradas da encosta, cuja declividade, muito grande, acentua-se ainda mais, conformando barreiras que sofrem constantes quedas arrastando junto as casas. O aterro da rua, feito sem escomento ao longo da base do morro, sobre o mangue, causa empossamento da enxurrada que desce, por um lado, e sofre o assédio da maré, por outro, fazendo com que o bairro seja alagado constantemente.

ASPECTO ECONÔMICO-SOCIAL ATUAL

CARACTERÍSTICAS DAS MORADIAS

Todos estes quatro Aglomerados urbanos possuem as características comuns de serem áreas habitadas por trabalhadores com nível baixo de qualificação da mão-de-obra, sobrevivendo às custas de um minguado salário que obriga a entrada mais cedo de seus dependentes no mercado de trabalho, para aumentar a renda familiar e manter este nível de sobrevivência.

Com esta baixa renda e tendo que fazer face às despesas com alimentação, vestuário, habitação, transporte, remédios, etc ..., somente uma área menos valorizada e sem infra-estrutura poderia abrigar esta camada da população, pois aí poderia redobrar seus esforços e adquirir sua casa própria. E realmente é o que acontece. Sacrificando suas despesas com os requisitos que oneram uma moradia condigna, esta população constrói suas habitações precariamente, mas torna-se *dono*. Tudo isso sem importar com o fato de se existe ou não infra-estrutura; se estão invadindo terrenos e poderão ser expulsos amanhã, e outros fatores que tornam-se irrelevantes naquele momento.

Isto é observado nas quatro áreas, onde, na condição de domicílio, 76,5% são próprios, contra 6,9% cedidos, e 16,6% alugados.

Há de se indagar que, embora uma grande proporção seja *dona* de sua casa, quais as condições destas moradias? Foi encontrada uma predominância, em todas as áreas, de casas de madeira, perfazendo 69% destas moradias.

Entretanto, no que diz respeito a saneamento básico (abastecimento d'água, lançamento de esgotos) e luz elétrica foi encontrada uma variação entre as quatro áreas.

Em Santa Tereza, 69,8% dos domicílios são abastecidos por rede geral d'água, enquanto 21,3% se abastecem com água do vizinho (isto é, não possuem água). Na área de Maria Ortiz, 76,3% possuem rede geral contra 23,7% que se abastecem com água do vizinho. Para Porto de Santana e Santa Rita

foram encontrados os seguintes dados:

- . Porto de Santana: 78,8% rede geral; 11,5% poço; 8,9% água do vizinho;
- . Santa Rita: 79% rede geral e 15,9% água do vizinho.

A primeira vista, os dados parecem revelar que quanto ao abastecimento d'água estas áreas estão bem supridas, dada a maior percentagem dos domicílios serem atendidos por rede geral. Porém, todo este abastecimento possui um aspecto improvisado, atendendo parcialmente às áreas, dada a inconstância da distribuição, uma vez que existindo áreas situadas em morros, a pressão da água é insuficiente para atender considerável parte das moradias localizadas nas partes mais altas.

Caracterizando ainda a maneira precária destas moradias, observa-se que, embora muitas possuam luz elétrica (particular ou coletiva - o número de moradias com luz elétrica coletiva é relevante), em Santa Rita 13,2% dos domicílios não possuem luz elétrica.

Os dados referentes aos lançamentos de esgotos são mais alarmantes, e vale a pena citá-los separadamente.

- . Santa Tereza: 62,2% dos domicílios com rede pública contra 12,7% que não possuem nenhum tipo de saneamento;
- . Maria Ortiz: 66,1% com rede pública, 16,3% que se utilizam de valas e 10,1% que não possuem;
- . Porto de Santana: 32,4% com rede pública, 15,3% valas e 25,5% não possuem;
- . Santa Rita: apenas 17,5% dos domicílios são atendidos com rede pública de esgotos, enquanto 47,4% são lançados em valas e 11,8% que não possuem.

Embora possuam a condição de *donos* dos domicílios, esta população vive, precariamente, em áreas desprovidas de infra-estrutura básica, que traz consequências no estado de saúde de seus habitantes e diminui a capacidade de sobrevivência.

ESTRUTURA ETÁRIA/EDUCAÇÃO

A estrutura etária da população das quatro áreas apresenta uma forte concentração na faixa de 0 a 14 anos. Ou seja, 41,8% das pessoas residentes nestes Aglomerados Urbanos tem entre 0 e 14 anos, o que, teoricamente, implicaria em dizer que seria alta a taxa de dependência nestas áreas, uma vez que é assegurado o direito a escolarização às pessoas entre 7 e 14 anos. Porém, em nosso quadro de análise a realidade é outra.

As pessoas procedentes das camadas mais pobres da população, por possuírem uma carência de alimentação e saúde, sentem-se bloqueadas para desenvolverem normalmente as atividades educacionais previstas para a faixa etária escolarizável. Com isto, é grande a incidência de crianças defasadas com relação à idade série e aquelas que abandonaram mais cedo a vida escolar.

No total das quatro áreas, foi encontrado um percentual de 16,2% de crianças entre 7 e 14 anos que não estudam sobre o total da população das pessoas nessa faixa etária. Por outro lado, a taxa de analfabetismo (das pessoas com 15 anos e mais) foi em torno de 23% no total das 4 áreas.

Intrinsecamente associado a essa problemática educacional, está o fato de que, com os salários sendo cada vez mais deteriorados, os chefes das famílias são obrigados a retirar seus filhos da escola para que possam ingressar no mercado de trabalho, a fim de aumentarem a renda familiar ou por serem incapazes de continuarem custeando os estudos de seus filhos. Prova disto é o fato de que os motivos que levaram as pessoas a interromperem seus estudos estão vinculados à falta de recur

so financeiros e à necessidade de auferir renda. No total das áreas, 24,7% das pessoas que paralizaram seus estudos o fizeram por falta de recursos financeiros, enquanto 38,4% paralizaram por motivo de trabalho.

ESTRUTURA DE EMPREGO E RENDA

Todo o crescimento observado no Espírito Santo a partir da década de 70, fundamentado na industrialização, não foi acompanhado pelo aumento na geração de empregos.

Em um primeiro instante, grande parte da mão-de-obra advinda do campo, dada a estagnação da agricultura, foi absorvida na construção civil. Porém, passado este período, os Grandes Projetos que se instalaram na Grande Vitória possuíam características poupadoras de mão-de-obra e intensivas em capital. Para cada emprego gerado tinha-se um investimento de U\$ 438.835⁶.

Com a decadência do setor primário e a incapacidade do setor secundário de gerar maior número de empregos, a opção que restou foram as ocupações do terciário não-dinâmico⁷, onde são características: a instabilidade ocupacional e os baixos níveis de remuneração.

⁶ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. *Indicadores de desempenho do setor industrial para o Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1978.

⁷Fazem parte deste terciário não-dinâmico as ocupações como: biscateiro, empregadas domésticas, serviços de manutenção e reparação, comércio autônomo etc...

Isto pode ser observado para a população que trabalha residente nas quatro áreas que analisadas, ou seja, 67,5% estão desenvolvendo suas atividades no setor terciário da economia. E ainda, 44,2% da PEA - População Economicamente Ativa - encontra-se no subsetor serviços e 15,5% no comércio. Portanto, parte significativa das pessoas que trabalham estão desenvolvendo suas atividades no setor terciário não-dinâmico e, a julgar pelas características das ocupações desenvolvidas, há uma nítida concentração do chamado *mercado informal*.

Embora os dados nos revelem que 75,4% dos trabalhadores são empregados e 24,2% conta-própria, as atividades desenvolvidas nos autoriza a fazer a afirmação anterior. Por outro lado, o perfil da renda individual e renda familiar desta população pode ser vista da seguinte forma: *renda individual* - 12,7% recebem até 1/2 salário mínimo regional por mês, 22,3% recebem entre 1/2 e 1 salário, 42,0% recebem entre 1 e 2 salários mínimos, e 11,9% recebem entre 2 e 3 salários mínimos. Isto corresponde a dizer que, 88,9% dos trabalhadores que moram nestas áreas recebem mensalmente até 3 salários mínimos.

Por outro lado, a *renda familiar* nestas áreas se comporta da seguinte maneira: 0,9% das famílias possuem renda até 1/2 salário mínimo regional; 7,7% têm renda entre 1/2 e 1 salário mínimo, 30,9% possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, e 23,1% possuem renda entre 2 e 3 salários mínimos. Portanto, 62,6% das famílias possuem renda até 3 salários mínimos.

Comparando a renda individual e a renda familiar temos que, para a média das famílias existe sempre mais de uma pessoa trabalhando. Ou seja, enquanto 62,6% das famílias possuem renda menor que 3 salários mínimos, 88,9% dos componentes destas famílias possuem, individualmente essa categoria de renda.

O grau de carência desta população pode ser reforçado ainda pelo fato de que a dieta mínima calculada para cada pessoa adulta (conforme Decreto-lei 399 de 1938) é de Cr\$ 3.484,92 (dados de 01/12/80). Levando-se em consideração que cada domicílio possui uma média de 5 pessoas, o gasto com esta dieta seria de Cr\$ 17.424,60/domicílio, o que equivale a 3 salários mínimos regionais. Ora, 62,6% das famílias residentes nessas áreas possuem renda familiar até 3 salários mínimos e, então, não possuem condições sequer de manter o mínimo de sobrevivência previsto em lei. Vale ressaltar que, para a subsistência urbana devem ainda incluir os gastos com: aluguel, condução, remédios, médicos, lazer, prestação etc., o que implica em um aumento maior no grau de carência desta população.

EQUIPAMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS

Ressaltado o nível de carência da população das áreas de baixa renda, torna-se imprescindível dotar destas áreas de equipamentos sócio-comunitários, como creches, serviços de saúde e áreas de lazer.

Quando existem estes equipamentos nessas áreas carentes, uma característica constante é o estado deficiente.

Prova disto, são as respostas obtidas pela Pesquisa Sócio-econômica CPM/BIRD, nas quatro áreas selecionadas para intervenção.

Nestas áreas, as maiores incidências de doenças foram: verminose (19%), problemas de vista (10,5%), doença dos nervos (10,7%), e problemas dentários (27,8%). Embora a maioria procure o INAMPS para atendimento médico (58,6%), as maiores dificuldades para o recebimento desta assistência

tência são: distância dos serviços de saúde (35,5%) e deficiência des
tes serviços (37,6%).

No que se refere a lazer, ficou evidenciado a impossibilidade das
famílias em reverter parte de sua renda em lazer, por isto é importan
te a transformação de algumas áreas em áreas de lazer, abertas a toda
a comunidade. Dentre os equipamentos de lazer desejados pela comunida
de, 48,3% preferem parque para crianças, 30,8% praças públicas e, 19,2%
quadras de esportes.

Outro equipamento sócio-comunitário que assume grande importância nes
tas áreas pobres são as creches. Esta implantação possibilitaria às
mães tentarem obter uma ocupação remunerada, ajudando, assim, a e elevar
a renda familiar e proporcionar à família condições de manter o nível de
sobrevivência, sem que faltasse a seus filhos os cuidados indispensá
veis.

Do total das donas de casa que trabalham fora, 37,9% deixam seus fi
lhos com outros filhos maiores; 26% deixam com outros parentes; 21,5%
deixam os filhos sozinhos. Por outro lado, 39% das donas-de-casa que
não trabalham não o fazem por não terem com quem deixarem seus filhos.
Portanto, todos os dados são indicadores do grau de carência desta po
pulação quanto à existência de equipamentos, sendo imprescindível sua
instalação dentro da proposta de intervenção integrada para as chamadas
áreas subnormais.

CONCLUSÃO

Todo o quadro de carência existente nestas áreas periféricas urbanas, reflexo de fatores de ordem estrutural do modelo econômico de crescimento adotado pelo país, foge sob alguns aspectos do controle do Setor Público Estadual. Porém, isto não equivale a dizer que o Governo Estadual não deva traçar uma política no sentido de alterar as condições da sociedade. Portanto, os projetos de ação integrada, nestas quatro áreas pobres da Grande Vitória, que serão descritos a seguir, possuem o caráter precipuo de dotar esta população de condições de sobrevivência, permitindo que elas alcancem os bens comuns subsidiados ao segmento menos carente da sociedade.

A aplicação do Projeto CPM/BIRD na Grande Vitória tem, portanto, o objetivo de promover o crescimento das atividades econômicas, a melhoria da infra-estrutura física, o aumento do provimento de serviços urbanos, sociais e comunitários e readequação das administrações municipais, atrvés de ações nas seguintes categorias:

- Geração de emprego e renda;
- Infra-estrutura urbana e comunitária;
- Administração municipal.

A seguir, apresentamos uma listagem completa dos anteprojetos de intervenção elaborados, distribuídos em suas respectivas categorias de ação:

CATEGORIA: EMPREGO E RENDA

COMPONENTE: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Subcomponente: Apoio às Microempresas

Subcomponente: Oportunizar novas ocupações para o Setor Informal

Subcomponente: Apoio às atividades produtivas - Lavanderias

COMPONENTE: ABASTECIMENTO ALIMENTAR

COMPONENTE: PESCA

CATEGORIA: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

COMPONENTE: PLANEJAMENTO URBANO

Subcomponente: Elaboração de Política de Desenvolvimento Urbano para o Município de Cariacica

COMPONENTE: MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Subcomponente: Modernização Administrativa da Prefeitura Municipal de Cariacica e da Prefeitura Municipal de Vitória - Proposta Técnica

Subcomponente: Capacitação de Recursos Humanos das Prefeituras Municipais (Cariacica, Vila Velha e Vitória) - Proposta Técnica

COMPONENTE: UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DO SUBPROJETO AUV

Subcomponente: Estruturação da UAS/AUV

COMPONENTE: CADASTRO MUNICIPAL

Subcomponente: Sistema de Arrecadação Municipal (SAM) - Vitória

Subcomponente: Cadastro Imobiliário Municipal (CIM) - Vila Velha

CATEGORIA: INFRA-ESTRUTURA URBANA E COMUNITÁRIA

CATEGORIA: INFRA-ESTRUTURA URBANA E COMUNITÁRIA

COMPONENTE: TRANSPORTE URBANO

Subcomponentes: Vias Alimentadoras do Município de Cariacica
Vias Alimentadoras do Município de Vila Velha
Vias Alimentadoras do Município de Vitória
Vias Arteriais: Rodovia Carlos Lindemberg e Rodovia José Sette
Pista Exclusiva de Coletivos na Área Central (Vitória)
Plano de Transporte Coletivo da Grande Vitória

COMPONENTE: HABITAÇÃO

COMPONENTE: EQUIPAMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS

Subcomponente: Educação
Subcomponente: Saúde
Subcomponente: Associativismo
Subcomponente: Creche
Subcomponente: Lazer

COMPONENTE: ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Subcomponente: Redimensionamento e Ampliação da Rede de Água

COMPONENTE: ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Subcomponente: Ampliação da Rede Elétrica domiciliar existente
Subcomponente: Ampliação da Rede de Iluminação Pública

COMPONENTE: RESÍDUOS SÓLIDOS

Subcomponente: Coleta e Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Vila Velha
Subcomponente: Coleta e Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Cariacica

COMPONENTE: REGULARIZAÇÃO FÍSICA DE SANTA RITA

Subcomponentes: Contenção de Encostas

Sistema de Esgotamento Sanitário

Sistema de Drenagem Pluvial

Circulação Urbana

Aterros

Plano de Estudos - Fossas de Refluxo

COMPONENTE: MELHORIAS URBANÍSTICAS EM PORTO DE SANTANA

Subcomponentes: Sistema Viário

Esgotamento Sanitário

Drenagem Pluvial

Contenção de Encostas

COMPONENTE: PLANO DIRETOR DE DRENAGEM

Subcomponente: Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Rio Aribiri

COMPONENTE: INFRA-ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS - SANTA TEREZA
E MARIA ORTIZ

